



OS DESAFIOS DE DESENVOLVER AÇÕES DE APRENDIZAGENS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MACEIÓ

Carla Gillyane S. Nascimento
gillyanecleo@gmail.com
Robenilda Maria Limeira Soares
robenilda.limeira@gmail.com
Maria José Verônica Ferreira
veronica_ferreira2012@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto de experiências vivenciadas no processo de escolarização com alunos da Escola Estadual Educador Paulo Jorge S. Rodrigues que estão privados de liberdade. Esta escola nasceu para dar um atendimento mais próximo a este grupo específico tanto pelo fato de estar privado de liberdade como, também, por ser em maioria alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Serão pontuados os desafios de a escola ser transportada para uma instituição que zela, principalmente, pela segurança produzindo um enfrentamento de papeis. Pontuamos as necessidades de práticas diferenciadas que motivam o interesse dos jovens pelas aulas, pois em outro contexto “de liberdade” não criaram uma relação de pertencimento com a instituição escolar como, também, os resultados significativos na elevação do nível de escolaridade, já que boa parte dos socioeducandos chega sem estar alfabetizada. Portanto, é desenvolvido de maneira introdutória Para esta discussão fizemos uso de autores como FREIRE (2001 e 2007), PAIVA (2007) e SAVIANO (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Educação de Jovens e Adultos, Socioeducação.

1 INTRODUÇÃO

Nunca foi tranquilo desenvolver uma escrita sobre a educação que teça os esclarecimentos necessários para compreender “um mundo” do qual se está ainda distante, mas que faz o esforço de percorrer passos que possibilitem novos olhares e compreensões.

Essa escrita tem o objetivo de socializar com os diversos interessados (professores, pesquisadores, agentes e os demais profissionais que estão envolvidos com as medidas socioeducativas) as experiências que têm sido possibilitadas, desenvolvidas dentro da instituição de privação de liberdade.

A criação da Escola Estadual de Educação Básica Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues, localizada na cidade de Maceió, foi proposta em 2013 pela Superintendência de Políticas Educacionais – SUPED logo após o Estado perceber que a educação nas prisões não deveria ser feita de maneira amadora ou apenas regulamentada por meio de escolas polos. Notou-se a necessidade da escola entrar no sistema. Dessa forma, mais do que só regulamentar a educação, pensou-se numa escola que atendesse os objetivos específicos do público carcerário e socioeducando.

Apesar do sistema prisional e socioeducativo possuírem experiência de escolarização com as escolas polos, entretanto não funcionou, pois estas não incluíram a parcela de sujeitos privados de liberdade no seu cotidiano. Por isso, nasceu a necessidade de criar a escola Paulo Jorge, para dar um atendimento mais próximo a este grupo específico tanto pelo fato de estar privado de liberdade como, também, por ser em maioria alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sendo assim, esta instituição objetiva em linhas gerais atender o conjunto de necessidades que os alunos privados de liberdade têm, fornecendo maior atenção às especificidades deste público; regulamentar a vida escolar para que na sua saída do sistema saiba que tem uma escola para ser atendido como qualquer outro aluno; promover uma transformação interna de vida dessas pessoas e, conseqüentemente, auxiliar na superação e/ou abandono da vida delituosa; qualificar por meio da educação formal esses sujeitos, dando acesso a quem não conseguiu tê-la em seu meio social; humanizar as relações de forma que quebrem a condição da desumanização, rigidez, submissão e as relações de poder, pois a escola que se propõe ir para os sistemas socioeducativos possibilita, também, a humanização já que a desumanização do sujeito neste local é mais que notória; tornar-se o centro de referência de estudo e pesquisa formando um quadro de profissionais preparados teoricamente para os enfrentamentos e desenvolver uma educação qualitativa neste contexto; garantir um direito legalmente constituído desde a Constituição, Lei de Execução Penal e Lei de Direitos e Bases (LDB), além de uma série de acordos internacionais que o país tem com organizações, movimentos e entidades.

A Escola Paulo Jorge foi pensada para ser uma referência em Alagoas ao longo do seu processo de existência para o público que está privado de liberdade. Então, quando se tem um determinado público tudo circula e transita em torno dele,

como o planejar e a busca por compreendê-lo constantemente em sua diversidade. Esta escola é muito nova, por isso ainda busca ser a referência, e só vai conseguir quando acumular uma série de conquistas que estão circundando-a e vindo aos poucos como, por exemplo, um quadro de formação contínua. Ela possui uma visibilidade hoje porque já faz uma discussão sobre tais problemáticas e por ser a única escola que trabalha com os socioeducandos.

2 UMA CONVERSA GERAL: ao passar pelos “portões”

Quem já ouviu o discurso que a educação é promotora da transformação e, por isso, é um direito da humanidade? Mesmo sendo um entendimento “comum” na sociedade, as ações que observamos no interior da instituição de privação de liberdade não correspondem a este pensamento do direito que os socioeducandos têm a educação.

Não é difícil enxergar os desafios que os professores lidam no cotidiano dessa instituição. Antes de tudo, é importante compreender que os sujeitos que têm por objetivo dar continuidade ao processo de escolarização dos adolescentes são os “corpos estranhos” que aparecem numa instituição que privilegia, essencialmente, a segurança do espaço e tal coisa é mais que visível. Logo, as demandas diferentes não se comunicam nem trabalham juntamente e a escola é a “intrusora” da história.

Depois de passar pelos “portões” já podemos apontar alguns desses desafios enfrentados e o primeiro da lista é o fato de boa parte dos agentes considerar que a educação neste espaço é um privilégio dado aos que não merecem, ou seja, aos “errados”, “sujeitos que não prestam” e que “não darão para nada na vida”, pois “se ligassem para a educação ou para a escola não estariam ali”. Assim sendo, é válido ressaltar que desde 1988 a Constituição Federal garante, no capítulo II, mais especificamente no art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 ratifica o mesmo princípio sobre a obrigatoriedade do ensino para “todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1996). Ainda pondera que a educação para jovens e adultos é uma modalidade da educação básica e “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, sendo-lhes asseguradas “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (Art. 37). No artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente expõe os direitos dos adolescentes e mais expressamente no capítulo XI diz: “receber escolarização e profissionalização”.

Portanto, não é um privilégio ou um favor, pois a perda da liberdade provisória não significa perda da dignidade e da educação. Concordamos com tal afirmação de Maeyer

A educação de adultos não é uma segunda chance de educação. Não é uma segunda e provavelmente última oportunidade de se fazer parte da comunidade de letrados, aqueles que estudaram e têm conhecimento. Também não é um prêmio de consolação ou um tipo de educação reduzida a ser oferecida àqueles que, por razões sociais, familiares ou políticas, não foram capazes de tê-la durante a infância (2006, p.21).

O cenário pontuado até agora, infelizmente, manifesta um tipo de enfrentamento, não sabemos se é silencioso, mas no mínimo problemático, entre educação e segurança no sistema de medidas socioeducativas. Portanto, não era para haver antagonismos de objetivos em relação aos adolescentes que precisam ser reintegrados na sociedade, mas os papéis desempenhados precisam ser coexistentes.

2.1 ENFRENTANDO OS DESAFIOS

Depois dos portões nos deparamos com um “novo mundo”, ambiente e sujeitos que ocupam posições, vivências e culturas diferentes. A escola, de fato, não se resume a um espaço físico, pois ela é transportada por meio de pessoas, referindo-se aos professores, que chegam aos estabelecimentos de privação da liberdade. Alguns temores nos acompanharam no início, talvez, por causa de estereótipos produzidos, outros por situações tidas como “normais” do espaço, mas

totalmente estranhas para nós, ou seja, os abalos¹, adolescentes correndo com lápis na mão, agressão física e verbal entre os próprios adolescentes, desentendimentos com os agentes, entre outros que repentinamente aparecem.

É válido acrescentar que, por si só, o ambiente com sua estrutura disciplinar e/ou opressora produz nos jovens insatisfações que se manifestam em maior ou menor proporção no decorrer dos dias.

2.1.1 Desafios diários

Após falar das dificuldades gerais enfrentadas ao passar pelos “portões”, queremos pontuar os desafios mais detalhados por sermos “a escola” do lugar ou quem leva à escola, por meio de objetivos, práticas com interesses educativos e pedagógicos, como também tudo que comporta o processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, lidamos com as limitações no horário por causa das demandas internas das unidades da instituição de privação de liberdade e, por isso, é necessário aguardar um tempo considerável para que os adolescentes sejam retirados dos alojamentos e trazidos para a sala de aula², além dos choques de rotina quando a unidade tem uma programação no horário da aula fazendo com que diminua seu tempo, no mínimo, já que teoricamente a aula é prioridade, entretanto, as negociações são feitas de maneira variada ao depender da unidade.

Existe, também, a limitação de não usar alguns materiais de cunho didático e metodológico significativos, pois podem ser transformados em armas. Outra dificuldade encarada é o clima instável gerado por várias situações e relações que mexem com o comportamento dos jovens deixando-os mais impacientes, abusados e etc. Ressaltando a situação que impossibilita os adolescentes de pesquisarem e nem poder levar os materiais para o alojamento, como por exemplo, o caderno³ por questão de segurança.

¹ São manifestações de protesto dos adolescentes privados de liberdade. Fisicamente se deitam no chão perto do portão do alojamento e começam a bater, chutar por um período significativo sem parar, pois os jovens fazem um revezamento. De fato, “abala” a estrutura da unidade.

² É válido informar que algumas unidades não possuem sala de aula, por isso improvisam as aulas no pátio ou em outro ambiente dentro da unidade.

³ As folhas podem ser usadas para fumar. Ressaltando que essa prática varia de uma unidade para outra. Ou seja, algumas unidades o professor não pode dar nenhuma folha para os adolescentes, mas outra unidade permite. Portanto, a prática docente no espaço articula-se com o contexto da unidade.

E, por fim, mas não esgotado, ainda há o contexto de estar sob constante vigilância, durante as aulas, juntamente com problemas de outra ordem, que geralmente não tem a ver conosco, as professoras. Ao contrário disso, têm dias que os adolescentes desejam compartilhar suas insatisfações, pedem conselhos, músicas cristãs, oração e/ou uma simples conversa, assim sendo, a professora assume mais “papeis” não convencionais, porém imprescindíveis no ambiente que os adolescentes se encontram.

Aproveitando o ensejo, queremos frisar a ótica dos adolescentes sobre nós, pois se sobressai as demais relações que eles possuem neste lugar, já que não comportamos a repressão ou o distanciamento do valor deles como sujeitos que necessitam ser reintegrados ao mundo social com possibilidades de mudanças. Sabemos que a educação não é a responsável pela reinserção dos adolescentes à sociedade, mas não deixa de ter um significativo papel.

Partimos do entendimento que as aulas precisam ser atrativas e diferenciadas, pois se a maioria não quis saber da escola quando estava “livre” como se interessará agora se as práticas forem as mesmas? Por isso, concordamos com Paiva, mesmo se referindo ao sistema penitenciário, quando afirma que

Tanto na prisão, como fora dela, as escolas para jovens e adultos precisam ser, sempre, diferenciadas. Diferenciadas pelo respeito à diversidade dos que acolhe, às histórias de vida e de interdições que trazem, às expectativas que passaram a conformar o projeto de estudo como um caminho possível de reconciliação com processos de aprendizagem. Impossível pensar que não possa ser assim, que se possa fazer educação sem arte, sem conquista, sem captura. Nas armadilhas que os projetos pedagógicos muitas vezes preparam para os sujeitos, o desejo e o sonho, de todo modo, não se aprisionam, se professores e alunos não quiserem. E juntos, com certeza, podem voar ao encontro de uma escola diferenciada que seja o espaço da liberdade de aprender e de conhecer. (2007, p. 58).

Compreendemos que a prática docente deve ser diferenciada tanto por demandas dos próprios adolescentes que ficam muito tempo limitados ao alojamento, sem quase nenhuma atividade exceto as aulas, quanto pelas vivências anteriores com a escola que não oportunizaram desenvolvimento nem pertencimento. Por todo este contexto eles possuem baixa autoestima, sentimento de rejeição, desconfiança até perceberem as intenções reais do professor.

Como professoras dos anos iniciais, apontamos que a maioria necessita ser alfabetizada, pois não valorizou ou não gostava da escola por causa de “forças

maiores” de suas práticas que o entreteram. Por isso, geralmente, partimos do “zero” da alfabetização, ou seja, conhecimento das vogais e das consoantes no sentido de darmos maiores passos na escolarização. Fora que corremos atrás do tempo, pois tudo passa muito rápido, como também a frenética mudança⁴ que ocorre de um dia para o outro dentro das medidas socioeducativas, dificultando a progressão dos adolescentes.

Para além dos desafios, procuramos caminhos que superassem a relação interpessoal e do que tem sentido e valor para os socioeducandos. Por isso, fazemos uso de jogos educativos que confeccionamos (bingos de letras e números, trocador de sílabas, dominó silábico), literaturas, histórias de vida, filmes, músicas, vocabulário pessoal deles, palavras geradoras pautadas em Paulo Freire, entre outros. Compartilhamos do entendimento que

[...] a alfabetização e o letramento constituem desafio apresentado aos professores que devem, constantemente, modificar sua prática pedagógica ao alfabetizar e, ao mesmo tempo, estabelecer relações com o uso da leitura e da escrita. Várias são as situações que devem ser propiciadas aos alfabetizados, levando-se em conta a sua realidade e sua vivência. (SAVIANO, 2014, p.53)

Portanto, não é que a escola que não está dentro do sistema não desenvolva recursos criativos para suas aulas, mas, no nosso caso, necessitamos realizar com uma maior constância para que os socioeducandos se envolvam com entusiasmo. Como pode ser observado abaixo:

Figura 1 – Bingo de palavras



Fonte: as autoras

⁴ Dependendo do ato infracional os adolescente ficam pouco tempo, mudam de unidade por demandas de organização internas ou por faixa etária e quando são liberados. Nisso, o socioeducando que estava num dia na aula pode não estar amanhã.

Figura 2 – Trocador de sílabas



Fonte: as autoras

Figura 3 – Dominó silábico



Fonte: as autoras

Figura 4 – Letras móveis



Fonte: as autoras

Em linhas gerais, mesmo diante das dificuldades citadas nesse trabalho, temos resultados significativos como: o aumento no nível de escolarização porque alguns adolescentes chegaram à sala de aula sem conhecer as letras do alfabeto e começam a desenvolver as habilidades necessárias no processo do domínio da leitura e da escrita; a ampliação da visão crítica do mundo; a elevação dos valores humanos ganha sentido para eles, ou seja, diversas aprendizagens são produzidas. Nessa direção Freire aponta que

Educar é substantivamente formar, formar o ser humano, um sujeito histórico-social, consciente da sua realidade, capaz de valorar, escolher, ler o mundo, criticar, de ser curioso e criativo. Para isso, a escola precisa flexibilizar o tempo e o espaço para a aprendizagem, para que o educando, na interação com os materiais, com outro educando e com o educador, vivencie diferentes experiências, estratégias, linguagens e construa conhecimentos significativos para sua vida (2001a, p. 37).

Ainda mais, os alunos passam a enxergar a educação como um caminho importante para a transformação e a perspectiva de vida; a reinvenção das práticas docentes que têm sido produtivas e promovido o desenvolvimento dos socioeducandos. Assim sendo, a educação pelas lentes da humanização está em contínuo movimento e as nossas práticas precisam ser articuladas e repensadas, ou seja, construções e reconstruções sendo operadas, pois num espaço de tantas “faltas e insatisfações” dos socioeducando levamos à escola que tem por objetivo transportar “possibilidades” para este público que precisa ser reinserido na sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma discussão não se esgota, principalmente essa que possui um caráter mais que significativo por ter uma perspectiva inclusiva, porém reconhecemos ser introdutório. Isso porque há muito que se pesquisar, aprofundar e buscar alternativas que acrescentem as diversas questões que norteiam a escolarização para os alunos privados de liberdade. Como também, o pensar a presença da escola “entre outros muros” abarca muita complexidade e, logo, depara-se com uma multiplicidade de questões que precisam ser enxergadas, problematizadas e “solucionadas”. Partimos do entendimento, que é imprescindível um investimento do governo que esteja à

altura de toda a logística que essa escola necessita para atender as unidades qualitativamente proporcionando uma relação mais profícua entre a escola e estes alunos.

É interessante como o processo educativo é um desafio por si só, até porque ele está dentro de toda uma relação com o meio social. De fato, a escola não se encontra fora da sociedade, mas está envolvida a uma rede de conexões e relações. Ponderando nessa direção, imagine como deve ser o pensar a educação e o processo pedagógico dentro de uma instituição de privação de liberdade, contudo, acreditamos no ponto de vista de Freire quando diz “[...] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa (2007, p.99)”. Acreditamos na capacidade da educação de acrescentar os sujeitos sociais, pois as dificuldades não impossibilitaram as práticas exitosas, porém há muito que avançar, porque a escola precisa crescer em várias dimensões para que os direitos dos adolescentes sejam correspondidos com qualidade e a escola seja “vista” como um diferenciador dentro do espaço de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 10227, 13 jul. 1984. Seção 14.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.27833, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmerados Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. Política e educação: ensaios. 8. ed. São Paulo. Villa das Letras, 2007.

PAIVA, Jane. Conteúdos e metodologia: a prática docente no cárcere. TV Escola, **Salto para o futuro: Eja e Educação Prisional**. Secretaria da Educação a distância, Ministério da Educação, boletim 06, 2007.

Salviano, Ana Regina Melo [et al.] **Alfabetização e letramento na EJA: uma visão transformadora de mundo, articulando teoria e prática**. / Salviano, Ana Regina

Melo; prefácio; Renata Innecco Bittencourt de Carvalho. – Brasília: UniCEUB, 2014.ISSN: 1981 - 3031